

## ATA N° 02/2006

Aos trinta dias do mês de Outubro de dois mil e seis, às quatorze horas, reuniram-se na sede da Estação Ecológica do Taim os membros do Conselho consultivo. Foi aberta a reunião pelo presidente do conselho senhor Amauri Motta, chefe da ESEC Taim. Foi feita a leitura da ata da reunião anterior pela representante da secretaria executiva do conselho, a senhora Ana Bueno, onde foi aprovada pela plenária. Logo após foi feito o esclarecimento sobre a compensação ambiental do TECOM motivo pela qual não pode ser efetuado, pois houve erro na colocação da cláusula do contrato, a FEPAM irá fazer a correção do contrato, o dinheiro seria usado para a recuperação da base costeira e da frota de veículos da estação. O conselheiro Renato Carvalho, representante do NEMA deu como sugestão enviar uma correspondência ao TECOM, assinada pelos membros do conselho para reinvidicar o recurso, sugeriu também que fosse entregue pela secretaria executiva para que articulasse a doação através de uma ONG. Dando seguimento a reunião o presidente comunicou que o recurso para o plano de manejo está assegurado, mas foi dado uma pausa, para que seja analisado os limites da Estação, continuando sua explanação o presidente falou da Lagoa Mangueira, da necessidade de seguir a discussão com os irrigantes da lagoa, buscou-se informação com o IPH na instalação de réguas na lagoa para que possa fazer a anuência da LO, e que está sendo feita pela Estação este ano através de um site, para que não houvesse prejuízo aos arrozeiros, mas que há necessidade de aprofundar o debate com essa classe produtiva. Foi dado a sugestão que o conselho indicasse um representante para participar do Comitê de Bacia do Piratini e Mangueira. O participante Lorque Dias falou sobre os estudos do IPH nos anos noventa e cinco, noventa e seis. O presidente respondeu que o IPH concluiu esse trabalho e que já estão no oitavo ano, pois são inúmeros os trabalhos científicos realizado por essa instituição. Dando continuidade o participante Lorque falou da necessidade de uma trabalho mais abrangente, pois o impacto é sentindo no banhado, sugeriu que para a próxima reunião convidasse um representante do IPH para dar maiores esclarecimentos sobre os estudos que estão sendo realizados. Dando continuidade a reunião o conselheiro Renato falou que podemos ter um grande problema com a pesca, irrigação a produção de celulose, sendo assim enfatizou a importância de participar do Comitê de Bacia, pois é um grupo para dinamizar a discussão com os orizicultores para o uso da água. O conselheiro Rômulo, complementou que o sistema hídrico foi discutido na formação do Comitê, em Santa Vitória, sendo que foi formado por o Rio Piratini até a Lagoa Mangueira, e que os interesses econômicos são diferentes, pois o Piratini é uma área industrial e que na Mangueira é usado a irrigação para o arroz, sendo realidades diferentes a composição entre os municípios ficou desigual, sugeriu que o IBAMA conduzisse o debate, para que essa discussão não ficasse esquecida. O conselheiro Jorge Faine, representante da EMBRAPA, falou que há estudos com o projeto MARCA-EMBRAPA-SVP, para diminuir o impacto da lavoura de arroz. O conselheiro Rômulo disse que gostaria de saber se há estudos sobre o retorno da água usada na lavoura de arroz para a lagoa Mangueira, e explicou que a água vai para o oceano, via Arroio Chuí. O senhor Lorque falou da denuncia que havia feito a Promotoria Pública Federal, sobre a barragem fixa e que isso causa prejuízo ao banhado, sendo que nesse caso os beneficiários são os arrozeiros. Seguindo a pausa da reunião, a recuperação da BR 471, o assunto não pode ser tratado devido a ausência do representante do DNIT. O presidente do conselho falou do impacto que causa a BR, tanto para os animais quanto para as águas e da necessidade do DNIT dar esclarecimentos da LO, além de

dialogar sobre o orçamento para execução de pequenas pontes no trecho da estação, tendo como referencia para mitigar as ações da BR no banhado. O conselheiro Carlos Motta, representante da Trevo Florestal, deu como sugestão para que seja feito novamente o convite ao DNIT, para a próxima reunião. O conselheiro Manoel, representante do IPAC, falou da importância da BR para o manejo das águas, e o presidente colocou que não concorda com o manejo das águas. O conselheiro Alex Bager, representante da Universidade Católica de Pelotas, manifestou-se contra o projeto do telamento da BR no trecho da estação, disse que para reinstalar esse projeto deve ser feito mais estudos sobre a proteção de animais, junto a esta estação, universidade e DNIT. Dando continuidade a reunião feita a leitura de outro ponto da pauta que tratava da apresentação dos grupos de trabalho, foi apresentado inicialmente o terceiro grupo, o qual a presidência era do IBAMA, onde foi representado pelo presidente do conselho que manifestou o desejo de que o grupo deveria ser dissolvido, por falta de andamento dos estudos, sendo que a plenária aprovou a dissolução. O segundo grupo a se apresentar tinha como presidência o IPAC, o qual foi representado pelo senhor Manuel, que comunicou a falta de motivação do grupo para o andamento dos estudos, relatou os dados que tinha do trabalho e pediu mais tempo para que possa analisar o seguimento do grupo ou sua dissolução. O terceiro grupo a se apresentar, foi representado pelo conselheiro Frederico Costa e disse que ficou surpreso quando recebeu a correspondência para a apresentação, o conselheiro Alex Bager esclareceu sobre os estudos e pediu para que o grupo retomasse aos estudos, dado a sua importância, ficando acertado em plenária a continuidade do trabalho. O presidente deu então andamento na reunião sobre o próximo assunto em pauta; termo de cooperação entre as prefeituras de Santa Vitória do Palmar, Rio Grande e o IBAMA. O representante da prefeitura de Rio Grande, o conselheiro Norton Gianuca, disse que não teve a resposta final. A representante da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar, a senhora Ana Bueno comunicou que a prefeitura se manifestou parceira, e que o processo está em andamento. O presidente falou da função de cada parceria com as prefeituras e da importância do termo de cooperação, mostrando-se esperançoso quanto a realização das cooperações. Dando prosseguimento ao ultimo ponto da pauta, que é a criação de áreas protegidas próxima ao Taim, o presidente falou que em Brasília o assunto está sendo retomado, e que terá que dar uma orientação ao diretor da DIREC, senhor Volmir Ortega, quanto a proposta da área a ser protegida na região. Informou como está a negociação das diferentes áreas protegidas, falou da importância de internalizar a discussão através de pontos como limites, resquícios de mata palustre no mar, sendo que três espécies estão em estudo, a desova da viola, a toninha e o cação que está em extinção. A proteção desta área, justifica os recursos operacionais para uma unidade no Hermenegildo. O conselho Norton falou, que dado a importância do assunto, deveria ter uma reunião específica para se abrir o diálogo, para não cometer o mesmo erro que foi a triplicação da área do Taim. O conselheiro Paulo Arruda, representante do Sindicato dos Empregados do Comércio de Rio Grande, perguntou ao presidente se a proposta era da DIREC ou do chefe da estação, sendo que o presidente respondeu que era de ambos, mas complementou que é necessário buscar o debate continuando o senhor Paulo falou das questões fundiárias, sendo que a estação não possui verbas para manter os serviços essenciais em funcionamento, não tendo plano de manejo, perguntou como o chefe da estação vê a ampliação, já que o IBAMA não pagou as questões fundiárias. O senhor Rômulo enfatizou que o IBAMA não dá os recursos para estação, que os estudos científicos não andam, que a BR está quase toda roída nesse trecho, já a conselheira

Gilka Rodrigues, representante da Associação dos Pescadores da Vila Anselmi, falou da falta de fiscalização e com tudo que já havia sido dito pelos demais conselheiros, ela concluía que não haveria condições para dar suporte a outra área de preservação. O presidente respondeu que o processo está em construção, por isso comunicou ao conselho e que o debate está aberto. Ao final da reunião o representante do Ministério Público Federal a Dra Anelise Becker, falou da importância das reuniões do conselho e da dificuldade de atuar na área ambiental. Continuando sua explanação, falou da importância do plano de manejo e que vê com bons olhos a ampliação das áreas protegidas, sobre o plano de manejo falou que é conflituoso, mas que deve ser estabelecido. A ordem legal é o plano de manejo e que pode conciliar com a ampliação de área de relevante interesse ambiental. Respondeu algumas questões, onde o Ministério Público foi citado, colocando-se inteira disposição para maiores esclarecimentos.